



DESPACHO DECISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Unidade 0818000 DERAT/SP	Número do RPF/MPF 08.1.80.00-2015-00006-3		
PROCESSOS 10880.907815/2015-00 10880.907816/2015-46 10880.907817/2015-91 10880.907818/2015-35 10880.907819/2015-80 10880.907820/2015-12 10880.907821/2015-59	PROCESSOS 10880.939164/2015-17 10880.907822/2015-01 10880.907823/2015-48 10880.939165/2015-53 10880.907824/2015-92 10880.907825/2015-37 10880.939166/2015-06	PROCESSOS 10880.907827/2015-26 10880.907826/2015-81	
Nome / Nome empresarial MARFRIG GLOBAL FOODS S/A	CPF / CNPJ 03.853.896/0001-40		
Logradouro AV CHEDID JAFET, 222. BLOCO A. 5º ANDAR.			
Bairro VILA OLÍMPIA	Cidade SÃO PAULO	UF SP	CEP 04551-065

**COFINS INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA.
PERÍODO DE APURAÇÃO 1º TRIMESTRE DE
2013. CRÉDITOS VINCULADOS ÀS RECEITAS
DE EXPORTAÇÃO E MERCADO INTERNO.**

O contribuinte que apurar CRÉDITO do PIS/PASEP e da COFINS na forma das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 e não puder utilizá-lo na dedução de débitos da respectiva contribuição, poderá fazê-lo na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela RFB e, na impossibilidade de utilizar esse crédito na forma acima citada, poderá solicitar, ao final do trimestre-calendário, o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria, principalmente quanto aos créditos que somente podem ser utilizados para a dedução da Contribuição devida e aos créditos passíveis de ressarcimento ou compensação.

PEDIDO DE RESSARCIMENTO DEFERIDO EM PARTE.



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de análise do direito creditório dos Pedidos de Ressarcimento constantes dos PER/DCOMPs listados abaixo, referentes aos créditos do PIS/PASEP e da COFINS INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA, vinculados às receitas de exportação e do mercado interno não tributadas, do 1º trimestre do ano-calendário 2013 ao 4º trimestre do ano-calendário 2013.

PER/DCOMP	VALOR	PROCESSO	CRÉDITO	PERÍODO
26122.27245.131213.1.1.08-6276	3.695.699,38	10880.907815/2015-00	PIS/PASEP - EXPORT.	1º TRIM 2013
00076.52313.131213.1.1.10-3373	5.778.703,00	10880.907816/2015-46	PIS/PASEP - MERC. INT.	1º TRIM 2013
23079.37874.131213.1.1.09-5045	17.022.615,31	10880.907817/2015-91	COFINS - EXPORT.	1º TRIM 2013
38699.47102.131213.1.1.11-2893	26.617.056,28	10880.907818/2015-35	COFINS - MERC. INT.	1º TRIM 2013
16482.97036.131213.1.1.08-0865	4.034.657,51	10880.907819/2015-80	PIS/PASEP - EXPORT.	2º TRIM 2013
41487.58544.131213.1.1.10-0314	5.143.967,89	10880.907820/2015-12	PIS/PASEP - MERC. INT.	2º TRIM 2013
34082.99494.131213.1.1.09-5903	18.583.876,95	10880.907821/2015-59	COFINS - EXPORT.	2º TRIM 2013
10860.09164.131213.1.1.11-8010	23.693.427,81	10880.939164/2015-17	COFINS - MERC. INT.	2º TRIM 2013
40503.15509.131213.1.1.08-4454	4.780.176,65	10880.907822/2015-01	PIS/PASEP - EXPORT.	3º TRIM 2013
13902.69503.131213.1.1.10-6697	4.729.265,36	10880.907823/2015-48	PIS/PASEP - MERC. INT.	3º TRIM 2013
01611.23511.131213.1.1.09-6023	22.017.783,41	10880.939165/2015-53	COFINS - EXPORT.	3º TRIM 2013
31342.75670.131213.1.1.11-0764	21.783.282,86	10880.907824/2015-92	COFINS - MERC. INT.	3º TRIM 2013
25593.34239.240614.1.1.10-1567	4.879.928,42	10880.907825/2015-37	PIS/PASEP - MERC. INT.	4º TRIM 2013
15936.30738.240614.1.1.08-8808	4.451.407,08	10880.939166/2015-06	PIS/PASEP - EXPORT.	4º TRIM 2013
42795.51039.250614.1.1.11-2931	22.477.246,08	10880.907827/2015-26	COFINS - MERC. INT.	4º TRIM 2013
20717.68631.300714.1.5.09-2207	20.503.450,78	10880.907826/2015-81	COFINS - EXPORT.	4º TRIM 2013

2. Todos os créditos em questão foram objetos de determinação de análise em 30 (trinta) dias, contida na sentença proferida no Mandado de Segurança nº 00229208820144036100. Para o atendimento de intimações foi criado o e-dossiê 10010.017475/0914-41.

3. Para dar início à auditoria dos créditos, foi emitido o Mandado de Procedimento Fiscal Diligência nº 08.1.80.00-2015-00006-3, conforme disciplina o art. 226 do Regimento interno da RFB, Portaria MF 203/2012.

“Art. 226. À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária - Derat, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de atendimento e interação fisco-contribuinte, de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, e, especificamente:

(...)

V - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;”



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

FUNDAMENTAÇÃO

4. O crédito do PIS/PASEP e COFINS se encontra disciplinado legalmente pelas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, que instituíram a sistemática da não-cumulatividade.
5. O ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS na forma do art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 estão previstos respectivamente nos § 2º, art. 5º da Lei 10.637/2002 e 2º, art. 6º da Lei 10.833/2003.
6. Dispõem as referidas leis no art. 5º, § 1º, incisos I e II da Lei 10.637/2002 e art. 6º, § 1º, incisos I e II da lei 10.833/2003, respectivamente, que o crédito apurado na forma do art. 3º dessas leis, poderá ser aproveitado, devendo sua utilização ocorrer na seguinte ordem: 1º - dedução de débitos na mesma contribuição; 2º - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal; 3º - esgotadas as hipóteses anteriores, a pessoa jurídica poderá solicitar o ressarcimento em dinheiro.
7. No caso da compensação, a lei determinou que fosse observada a legislação específica da matéria.
8. Tais disposições, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, estavam disciplinadas, à época da transmissão do PER/DCOMP, na Instrução Normativa RFB 1.300/2012, em seus artigos 27 a 33.
9. Em consonância à lei, a Instrução Normativa RFB 1.300/2012 dispôs que a pessoa jurídica que tivesse apurado créditos vinculados às receitas de exportação de mercadorias para o exterior, prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento representasse ingresso de divisas, e vendas à empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação, que não fossem utilizados na dedução de débitos da própria contribuição, poderiam ser aproveitados na compensação de débitos próprios ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, vencidos ou vincendos, ou ser objeto de ressarcimento.
10. Por fim, o ressarcimento em espécie, como última forma de utilização de crédito, está prevista no art. 5º, § 2º da Lei 10.637/2002 e art. 6º, § 2º da Lei 10.833/2003.
11. MARFRIG GLOBAL FOODS S/A, CNPJ 03.853.896/0001-40, contribuinte domiciliado na jurisdição desta Delegacia, tem CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) 1011-2-01: Frigorífico – abate de bovinos, conforme dados do sistema CNPJ. As aquisições de insumos para industrialização, que geram a maior fatia dos seus créditos da incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS, provêm da compra de bovinos para abate, bem como de embalagens e outros bens utilizados no processo produtivo.
12. A auditoria foi baseada na verificação das rubricas que deram origem aos créditos pleiteados, em confronto com livros e documentos fiscais e contábeis, bem como com os arquivos magnéticos apresentados pelo contribuinte nos formatos do SPED EFD-CONTRIBUIÇÕES, DACONs, NF-E e planilhas MS-Excel.



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

TEMPESTIVIDADE

13. Os PERDCOMP's foram transmitidos dentro do prazo hábil de 5 (cinco) anos previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, devendo, portanto, ser analisados.

MÉTODO DE APURAÇÃO DOS CRÉDITOS

14. O contribuinte adotou como critério de apuração o método da determinação dos Créditos vinculados à Receita Auferida no Mercado Interno e de Exportação Com Base na Proporção da Receita Bruta Auferida, nos termos dos § 7º e 8º, II, do art. 3º da Lei 10.833/2003.

“art. 3º (...)

§ 7º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não-cumulativa da COFINS, em relação apenas à parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

§ 8º Observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal, no caso de custos, despesas e encargos vinculados às receitas referidas no § 7º e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa dessa contribuição, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

I - apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou

II - rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.”

15. A análise deu-se pelo confronto dos percentuais aplicados pelo contribuinte nos DACON com os respectivos lançamentos contábeis nos Balancetes Mensais e Razão. Analisando-se os balancetes mensais, verifica-se que os índices de rateio aplicados pelo contribuinte foram corretamente apurados, fato que constatamos calculando a proporção do saldo da conta da receita bruta da exportação “3.1.01.04” e a receita bruta total, representada pela soma das contas “3.1.01.01”, “3.1.01.02” e “3.1.01.04”.

BENS ADQUIRIDOS PARA REVENDA

16. De acordo com o art. 3º das Leis 10.833/2003 e 10.637/2002:

“Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:

a) no inciso III do § 3º do art. 1º desta Lei; e (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008)

b) nos §§ 1º e 1º-A do art. 2º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 11.787, de 25 de setembro de 2008)”

17. Pelas verificações efetivadas, não foram encontradas irregularidades nos arquivos magnéticos de notas fiscais compras de bens para revenda.



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A – 03.853.896/0001-40

BENS UTILIZADOS COMO INSUMOS

18. De acordo com o art. 3º da Lei 10.833/2003:

“Art. 3o Do valor apurado na forma do art. 2o a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2o da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)”

(...)

§ 1o O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2o desta Lei sobre o valor:

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do caput, adquiridos no mês;”

19. De acordo com as análises efetuadas, identificamos que os valores informados na rubrica “02 – Bens Utilizados como Insumos” das fichas 06A e 16A dos DACONs são muito superiores aos montantes existentes nos arquivos magnéticos de notas fiscais, ficando evidenciada uma grande discrepância entre os DACONs, cujos valores serviram como base de cálculo dos Pedidos de Ressarcimento e os arquivos magnéticos.

20. Também verificamos que essas diferenças de bases de cálculo foram escrituradas nos SPED EFD-CONTRIBUIÇÕES na rubrica “Ajustes do Crédito de Pis/Pasep Apurado” e “Ajustes do Crédito de Cofins Apurado”.

21. Intimamos o contribuinte a se manifestar sobre essas diferenças de bases de, o qual explicou que essas bases de cálculos se referem retificações incluindo documentos representativos relacionados a insumos diretos, materiais de embalagem e fretes sobre vendas marítimos que não haviam sido lançados anteriormente, bem como a inclusão de compras de bovinos vivos para abate, que reconhece ser indevida.

22. Esclarecida a motivação do contribuinte, passamos a analisar as efetivas aquisições de insumos para industrialização com direito a crédito, excluindo das bases de cálculo as compras de bovinos para abate adicionadas indevidamente e outros insumos não aplicados diretamente na produção.

23. Efetuamos o cruzamento da Escrituração Fiscal com as planilhas contendo as notas fiscais consideradas pelo contribuinte como passíveis de crédito. Anexamos estas aos processos sob o título de “Bens Utilizados como Insumos”.

24. Em sintonia com o artigo 3º da Lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002, a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, nos seus artigos 66 e 67 define insumos nos termos a seguir, para fins do PIS/PASEP não-cumulativo:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A – 03.853.896/0001-40

“Art. 66. A pessoa jurídica que apura o PIS/Pasep não-cumulativo com a alíquota prevista no art. 60 pode descontar créditos, determinados mediante a aplicação da mesma alíquota, sobre os valores:

I – das aquisições efetuadas no mês:

a) de bens para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do art. 19;

b) de bens e serviços utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;

b) de bens e serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, utilizados como insumos: (Redação dada pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

b.1) na fabricação de produtos destinados à venda; ou (Incluída pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

b.2) na prestação de serviços; (Incluída pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

(...)

§ 5º Para os efeitos da alínea "b" do inciso I do caput, entende-se como insumos: (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

I - utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda: (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

a) as matérias primas, os produtos intermediários, o material de embalagem e quaisquer outros bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado; (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto; (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

II - utilizados na prestação de serviços: (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

a) os bens aplicados ou consumidos na prestação de serviços, desde que não estejam incluídos no ativo imobilizado; e (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na prestação do serviço. (Incluído pela IN SRF 358, de 09/09/2003)

(...)

Art. 67. O direito ao crédito de que trata o art. 66 aplica-se, exclusivamente, em relação:

I – aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;

II – aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados à pessoa jurídica domiciliada no País; e

III – aos bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas e encargos incorridos a partir de 1º de dezembro de 2002.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a pessoa jurídica deve contabilizar os bens adquiridos e os custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoas jurídicas domiciliadas no País, separadamente daqueles efetuados a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior.” (grifos nossos)

25. Em sintonia com o artigo 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Instrução Normativa SRF nº 404, de 12 de março de 2004, nos seus artigos 8º e 9º define insumos nos termos a seguir, para fins da COFINS não-cumulativa:

“Art. 8º Do valor apurado na forma do art. 7º, a pessoa jurídica pode descontar créditos, determinados mediante a aplicação da mesma alíquota, sobre os valores:

I - das aquisições efetuadas no mês:

a) de bens para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 1º do art. 4º;

b) de bens e serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, utilizados como insumos:

b.1) na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda;
ou

b.2) na prestação de serviços;

(...)

§ 4º Para os efeitos da alínea "b" do inciso I do caput, entende-se como insumos:

I - utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda:

a) a matéria-prima, o produto intermediário, o material de embalagem e quaisquer outros bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado;

b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto;

II - utilizados na prestação de serviços:

a) os bens aplicados ou consumidos na prestação de serviços, desde que não estejam incluídos no ativo imobilizado; e

b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na prestação do serviço.

(...)

Art. 9º O direito ao crédito de que trata o art. 8º aplica-se, exclusivamente, em relação:

I - aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;

II - aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados à pessoa jurídica domiciliada no País;

III - aos encargos de depreciação e amortização de bens adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País; e



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A – 03.853.896/0001-40

IV - aos bens e serviços adquiridos, aos custos, despesas e encargos incorridos a partir de 1º de fevereiro de 2004.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a pessoa jurídica deve contabilizar os bens adquiridos e os custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoas jurídicas domiciliadas no País, separadamente daqueles efetuados a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior.” (grifos nossos)

26. Segundo os dispositivos mencionados, para que o bem seja considerado insumo à fabricação, além de não estar incluído no ativo imobilizado, deve enquadrar-se em uma das quatro situações: ser matéria-prima, produto intermediário, material de embalagem ou qualquer outro bem que sofra alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação.

27. Dessa forma, identificamos valores escriturados em desacordo com o disposto nas Instruções Normativas SRF 247/2002 e 404/2004, sobre cujos montantes aplicamos as glosas devidas, referentes a combustíveis, óleos e lubrificantes de veículos da empresa, bem como gases de manutenção, materiais de laboratório e construção civil, equipamentos de proteção individual, uniformes, alimentos de refeitório e produtos de limpeza.

CRÉDITO PRESUMIDO

28. Sendo o principal insumo utilizado no processo de industrialização do contribuinte em questão o bovino vivo para abate, destacamos a legislação vigente do crédito presumido incidente sobre a venda de produtos pecuários e sobre o crédito presumido decorrente da aquisição desses produtos agroindústria, especificamente a Lei 12.058, de 13 de outubro de 2009 e a Instrução Normativa RFB 977, de 14 de dezembro de 2009.

29. A verificação das efetivas aquisições de insumos se deu pela análise dos arquivos magnéticos de notas fiscais e contabilidade.

30. As aquisições de insumos de origem animal geram direito ao crédito presumido do PIS/Pasep e COFINS, nos termos do art. 33 da Lei 12.058/2009:

“Art. 33. As pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10, 1502.00.1, 41.01.50.10, 41.04.11.24 e 41.04.41.30 da NCM, destinadas a exportação, poderão descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens classificados na posição 01.02 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.”

31. Os dispositivos da Lei 12.058/2009 foram regulamentados pela IN RFB nº 977, de 17 de outubro de 2009, ora vigente, da qual é oportuno transcrever os seguintes trechos:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

“Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na comercialização de produtos pecuários, conforme previsto nos arts. 32 a 37 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

“Art. 5º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderão descontar da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas em cada período de apuração, o crédito presumido calculado sobre o valor dos bens classificados na posição 01.02 da NCM, utilizados como insumos na fabricação de produtos classificados nos códigos 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0506.90.00, 0510.00.10, 1502.00.1, 4101.20.10, 4104.11.24 e 4104.41.30 da NCM, destinados à exportação ou vendidos a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.”

“Seção II

Dos Bens que Geram Direito a Crédito Presumido

Art. 7º Geram direito ao desconto de créditos presumidos na forma do art. 5º, os bens classificados na posição 01.02 da NCM:

I - adquiridos com suspensão do pagamento das contribuições, de pessoa jurídica, inclusive cooperativa, que exercer atividade agropecuária;

II - adquiridos de pessoa física; ou

III - recebidos de cooperado pessoa física.

Parágrafo único. O direito ao crédito presumido de que trata o caput só se aplica aos bens adquiridos ou recebidos, no mesmo período de apuração, de pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País.”

32. Os bovinos constituem insumos utilizados na produção de mercadorias destinadas à alimentação humana ou animal, classificadas no capítulo 2 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), que corresponde ao capítulo 2 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, compreendendo:

NCM 1.1 DESCRIÇÃO

02.01 Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas.

0201.10.00 -Carcaças e meias-carcaças

0201.20 -Outras peças não desossadas

0201.20.10 Quartos dianteiros

0201.20.20 Quartos traseiros

0201.20.90 Outras

0201.30.00 -Desossadas

02.02 Carnes de animais da espécie bovina, congeladas.

0202.10.00 -Carcaças e meias-carcaças

0202.20 -Outras peças não desossadas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

0202.20.10 *Quartos dianteiros*

0202.20.20 *Quartos traseiros*

0202.20.90 *Outras*

0202.30.00 *-Desossadas*

33. Note-se que, a todos esses códigos NCM, é atribuída na TIPI ora vigente alíquota zero. Ou seja, trata-se, para todos os efeitos, de produtos que se encontram dentro do campo de incidência do IPI, e, portanto, nos termos da legislação desse imposto, considerados produtos industrializados.

34. O contribuinte tem por objeto social a "exploração de frigorífico- abate de bovinos e preparação de carnes, desossa e subprodutos". Enquanto tal, enquadra-se no art. 5º da IN RFB nº 977/2009, no que concerne à produção de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas, classificadas no capítulo 2 da NCM, próprias e destinadas à alimentação humana ou animal. Portanto, faz jus ao crédito presumido de que trata esse dispositivo quando adquirir bovinos vivos, destinados ao abate e à preparação ("fabricação") de carnes classificadas no capítulo 2 da NCM, para alimentação humana ou animal: i) de pessoas jurídicas, domiciliadas no Brasil, com a suspensão das contribuições, nos termos do art. 2º da mesma instrução normativa; ii) de pessoas físicas residentes no Brasil; iii) recebidos de cooperado pessoa física.

35. Note-se que a suspensão das contribuições, nos termos dos arts. 2º da IN RFB nº 977/2009, aplica-se obrigatoriamente, no caso em questão, às vendas efetuadas a pessoa jurídica que produza mercadoria classificada nas posições 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29, entenda-se "frigoríficos".

"capítulo II

Da Suspensão da Exigibilidade das Contribuições

Seção I

Dos Produtos Vendidos com Suspensão

Art. 2º Fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de:

I - animais vivos classificados na posição 01.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); e

II - produtos classificados nas posições 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0506.90.00, 0510.00.10, 1502.00.1, 4101.20.10, 4104.11.24 e 4104.41.30, da NCM.

§ 1º Para aplicação da suspensão de que trata o caput, devem ser observadas as disposições dos arts. 3º e 4º.

§ 2º Nas notas fiscais relativas às vendas efetuadas com suspensão, deve constar a expressão "Venda efetuada com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", com especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo, também, à receita bruta da venda, no mercado interno, dos bens referidos nos incisos do caput, quando estes tiverem sido importados, observado o disposto no art. 17."



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A – 03.853.896/0001-40

“ Seção III

Da Aplicação da Suspensão

Art. 4º Nas hipóteses em que é aplicável, a suspensão disciplinada nos arts. 2º e 3º é obrigatória nas vendas efetuadas:

I - a pessoa jurídica que produza mercadoria classificada nas posições 02.01, 02.02, 02.06.10.00, 02.06.20, 02.06.21, 02.06.29, 05.06.90.00, 05.10.00.10, 15.02.00.1, 41.01.20.10, 41.04.11.24 e 41.04.41.30 da NCM, no caso dos produtos referidos no inciso I do art. 2º; ou

II - a pessoa jurídica, no caso dos produtos referidos no inciso II do art. 2º.

Parágrafo único. No caso do inciso I, é vedada a suspensão quando a aquisição for destinada à revenda, sem prejuízo da aplicação, neste caso, do disposto na Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e no restante da legislação pertinente, inclusive no que se refere ao direito de crédito. ”

36. Além do direito ao crédito presumido devemos ressaltar que a forma do cálculo prevista no art. 8º da IN SRF 660/2006 também foi alterada pelo 9º da IN RFB 977/2009, que passou a ser de 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas no art. 3o, inciso II, das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, 1,65% e 7,6% respectivamente:

“Seção III

Do Cálculo do Crédito Presumido

Art. 9º O montante dos créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se referem os arts. 5º e 7º será determinado mediante aplicação, sobre o valor de aquisição do insumo classificado na posição 01.02 da NCM, dos percentuais de 0,825% (oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento) e 3,8% (três inteiros e oito décimos por cento), respectivamente.”

37. Convém esclarecer que a partir de publicação da Lei 12.058/2009 e da IN 977/2009 veio a permissão legal para o ressarcimento e a compensação dos créditos presumidos:

[IN 977/2009]

“Art. 11. O crédito presumido apurado na forma dos arts. 5º e 7º deverá ser utilizado para desconto do valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno; e, quando não aproveitado em determinado mês, poderá sê-lo nos meses subsequentes.

Art. 12. A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre-calendário, não conseguir utilizar o crédito na forma prevista no art. 11, poderá:

I - efetuar sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observando-se:

a) a vedação constante no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e

b) a legislação específica aplicável à matéria;

II - solicitar seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A – 03.853.896/0001-40

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se somente à parcela dos créditos presumidos determinada com base no resultado da aplicação, sobre o valor de aquisição dos bens classificados na posição 01.02 da NCM, da relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês.”

SERVIÇOS UTILIZADOS COMO INSUMOS

38. No que se refere às despesas com serviços, deve ser reafirmado que o termo “insumo” também não pode ser interpretado, como já dito, como todo e qualquer serviço que gera despesa necessária para a atividade da empresa, mas tão-somente aqueles que efetivamente se aplicaram ou consumiram diretamente na produção dos bens fabricados/produzidos pelo interessado, ou, ainda, que se aplicaram ou consumiram nos serviços prestados pela empresa (cf. art. 8º, § 4º, I-II-b, da IN SRF nº 404/2004).

39. Pelas análises feitas constatamos por meio da identificação das contas contábeis listadas abaixo que o contribuinte se apropriou indevidamente de despesas que não podem ser caracterizadas como aplicáveis diretamente sobre os bens produzidos/industrializados. Portanto, a prestação dos serviços em favor do interessado, glosados, não se caracterizam como “insumo”, na forma da legislação acima referenciada, já que, manifestamente, não foram aplicados ou consumidos nos serviços prestados pelo interessado.

40. Efetuamos o cruzamento da Escrituração Fiscal com as planilhas contendo as notas fiscais consideradas pelo contribuinte como passíveis de crédito. Anexamos estas aos processos sob o título de “Serviços BC Contribuinte”. Em seguida aplicamos as glosas, anexadas aos processos intituladas “Serviços GLOSA – ANO-2013”.

41. Análises laboratoriais. Conforme interpretação expressa nas Soluções de Consulta 174 - SRRF/8ª RF/Disit e 88 - SRRF/9ª RF/Disit, para efeito do inciso II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, o termo insumo não pode ser interpretado como todo e qualquer bem ou serviço necessário para a atividade da pessoa jurídica, mas, tão somente, aqueles bens ou serviços adquiridos de pessoa jurídica, intrínsecos à atividade, aplicados ou consumidos na fabricação do produto ou no serviço prestado. Portanto, as despesas efetuadas com serviços de análises laboratoriais não geram direito a crédito, por não configurarem pagamento de bens ou serviços enquadrados como insumos utilizados na fabricação ou produção de bens ou produtos destinados à venda ou na prestação de serviços.

DESPESAS DE ARMAZENAGEM E FRETES SOBRE VENDAS

42. Em conformidade com o disposto no art. 3º, IX das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, in verbis:

“Art. 3o Do valor apurado na forma do art. 2o a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)

IX – armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.”

43. No tocante aos fretes internacionais, existem entendimentos postulados pela Receita Federal, por meio da Solução de Consulta no. 3 - SRRF/10ª RF/Disit e do Acórdão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

18-11.671 - 2ª Turma da DRJ/STM, no sentido de que os gastos com fretes internacionais arcados pela vendedora, decorrentes da exportação de seus produtos, somente dão direito a crédito para desconto dos valores devidos a título de Pis/Pasep e Cofins, na sistemática de não-cumulatividade, se o transportador for pessoa jurídica domiciliada no País, independentemente de o agente do transportador ter domicílio no País.

44. Identificamos 2 (duas) irregularidades nas bases de cálculos do contribuinte, cujos valores efetuamos a glosas devidas:

- a) Fretes sobre importações, com mudanças de funcionários, de remessas para análise, entre outros, os quais anexamos a este processo sob o título de "FRETES VENDAS GLOSA - ANO-2013";
- b) Fretes sobre compras de bovinos. Observe-se que quando o custo do frete, suportado pelo adquirente, e aplicado na aquisição de um bem utilizado como insumo ou de um bem para revenda, o valor do serviço de frete passa a integrar o valor de aquisição de tal bem. Embora somente haja previsão expressa para o crédito relativo a "frete na operação de venda", quando o ônus for suportado pelo vendedor, há que se observar que, na compra de bens, o frete, quando pago pelo adquirente, consoante a boa técnica contábil, integra o custo de aquisição desses bens, o que está consagrado no art. 289, § 1º, do RIR/1999 ("o custo de aquisição de mercadorias destinadas à revenda compreenderá os de transporte e seguro até o estabelecimento do contribuinte"). Assim, poderá o valor do frete compor a base de cálculo dos créditos a serem descontados do Pis/Pasep e da Cofins não-cumulativos, uma vez que o frete integra o custo de aquisição das mercadorias. Porém, tratando-se de fretes sobre compras de bovinos para abate (insumos), tais serviços passam a compor a base de cálculo dos créditos Presumidos do Pis/Pasep e da Cofins que, como sabemos estarem expressamente previstos na legislação, tais créditos são calculados com alíquotas reduzidas correspondentes a 50% das alíquotas integrais dos créditos ordinários previstos nas Leis 10.637/2002 (1,65% para o Pis/Pasep) e 10.833/2003 (7,6% para a Cofins). Portanto, equivoca-se o contribuinte em calcular os créditos sobre fretes de compras de bovinos com as alíquotas integrais, pois deveria atentar corretamente para a legislação e aplicar as alíquotas de 0,825% para o Pis/Pasep e 3,8% para a Cofins. As glosas aplicadas estão anexadas a este processo sob o título de "FRETES COMPRAS BOVINOS GLOSA - ANO-2013", calculadas com um percentual de 50% das bases de cálculo das compras de bovinos para abate.

RESUMO DOS CRÉDITOS

45. Apresentamos a seguir, de modo sintético, demonstramos os créditos fiscalizados do PIS/PASEP e da COFINS:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

JANEIRO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	7,59%	57,07%	35,34%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	397.448,62	2.986.616,64	1.849.342,92	5.233.408,18
Bens Utilizados como Insumos	3.281.153,19	24.656.134,56	15.267.325,35	43.204.613,10
Serviços Utilizados como Insumos	316.405,04	2.377.616,91	1.472.244,19	4.166.266,14
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	350.711,66	2.635.413,05	1.631.874,14	4.617.998,85
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	51.178,25	384.577,57	238.134,28	673.890,10
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	23.525,08	176.778,52	109.463,03	309.766,63
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.703.155,79	12.798.316,91	7.924.845,96	22.426.318,66
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	62.675,58	470.973,89	291.631,75	825.281,22
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	206.329,90	1.550.460,29	960.060,53	6.087.800,30
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	313.231,71	2.353.770,96	1.457.478,54	38.965.836,50
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	1.169.803,13	-	-	1.169.803,13
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	7.875.617,95	50.390.659,30	31.202.400,69	89.468.677,94
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	129.947,70	831.445,88	514.839,61	1.476.233,19
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	598.546,96	3.829.690,11	2.371.382,45	6.799.619,52

FEVEREIRO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	7,95%	55,37%	36,68%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	305.407,98	2.127.190,43	1.409.443,07	3.842.041,48
Bens Utilizados como Insumos	3.242.622,85	22.585.121,54	14.964.547,84	40.792.292,23
Serviços Utilizados como Insumos	211.653,27	1.474.181,57	976.769,62	2.662.604,47
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	392.454,03	2.733.473,01	1.811.156,41	4.937.083,45
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	48.205,29	335.753,61	222.465,08	606.423,98
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	28.764,63	200.347,90	132.747,38	361.859,91
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.341.433,69	9.343.190,51	6.190.651,71	16.875.275,91
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	64.101,92	446.474,87	295.827,26	806.404,05
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	217.430,51	1.514.420,50	1.003.431,31	6.124.431,54
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	275.530,34	1.919.090,37	1.271.559,23	38.955.836,50
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	494.019,59	-	-	494.019,59
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	6.621.624,10	42.679.244,31	28.278.598,92	77.579.467,33
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	109.256,80	704.207,53	466.596,88	1.280.061,21
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	503.243,43	3.243.622,57	2.149.173,52	5.896.039,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

MARÇO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	6,43%	56,99%	36,58%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	164.004,30	1.454.344,98	933.478,17	2.551.827,45
Bens Utilizados como Insumos	2.847.813,15	25.253.623,64	16.209.157,20	44.310.593,99
Serviços Utilizados como Insumos	188.707,61	1.673.407,14	1.074.084,25	2.936.198,99
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	266.906,34	2.366.851,97	1.519.175,08	4.152.933,39
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	54.036,24	479.178,54	307.563,00	840.777,78
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	17.814,89	157.977,58	101.398,65	277.190,12
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.500.205,20	13.303.407,07	8.538.854,45	23.342.466,72
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	92.202,30	817.624,67	524.796,24	1.434.623,21
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	190.397,55	1.688.393,12	1.083.703,07	4.763.384,83
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	228.952,22	2.030.285,34	1.303.148,20	39.088.428,39
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	762.072,01	-	-	762.072,01
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	6.313.111,80	49.225.094,05	31.595.358,30	87.133.564,16
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	104.166,34	812.214,05	521.323,41	1.437.703,81
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	479.796,50	3.741.107,15	2.401.247,23	6.622.150,88

ABRIL / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	6,95%	58,50%	34,55%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	109.111,47	917.816,20	542.048,23	1.568.975,90
Bens Utilizados como Insumos	3.220.901,53	27.093.353,77	16.000.921,02	46.315.176,31
Serviços Utilizados como Insumos	292.743,44	2.462.478,72	1.454.302,33	4.209.524,49
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	261.763,46	2.201.883,55	1.300.398,80	3.764.045,81
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	57.627,96	484.750,83	286.286,44	828.665,23
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	21.880,39	184.051,91	108.698,25	314.630,55
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.069.478,72	8.996.166,18	5.312.998,38	15.378.643,28
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	60.897,56	512.253,79	302.529,27	875.680,62
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	194.135,96	1.633.019,26	964.436,24	6.307.034,16
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	526.400,28	4.427.937,03	2.615.071,99	38.757.205,10
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	138.981,24	-	-	138.981,24
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	5.953.922,01	48.913.711,24	28.887.690,94	83.755.324,19
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	98.239,71	807.076,24	476.646,90	1.381.962,85
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	452.498,07	3.717.442,05	2.195.464,51	6.365.404,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

M A I O / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	6,14%	48,00%	45,85%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	83.417,81	651.938,10	622.762,17	1.358.118,08
Bens Utilizados como Insumos	3.144.090,43	24.572.118,08	23.472.451,68	51.188.660,19
Serviços Utilizados como Insumos	57.251,30	447.438,06	427.414,04	932.103,41
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	226.826,50	1.772.724,98	1.693.390,91	3.692.942,39
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	46.412,41	362.728,54	346.495,49	755.636,44
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	20.069,22	156.847,69	149.828,35	326.745,26
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.140.422,75	8.912.785,13	8.513.914,74	18.567.122,62
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	43.528,58	340.190,41	324.966,00	708.684,99
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	248.826,34	1.944.661,06	1.857.632,40	6.511.283,70
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	303.073,14	2.368.617,91	2.262.616,08	39.016.311,15
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	1.334.076,00	-	-	1.334.076,00
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	6.647.994,48	41.530.049,97	39.671.471,87	87.849.516,31
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	109.691,91	685.245,82	654.579,29	1.449.517,02
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	505.247,58	3.156.283,80	3.015.031,86	6.676.563,24

J U N H O / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	6,25%	50,34%	43,41%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	68.728,10	553.373,63	477.197,53	1.099.299,26
Bens Utilizados como Insumos	2.829.184,58	22.779.563,11	19.643.782,80	45.252.530,49
Serviços Utilizados como Insumos	234.017,99	1.884.227,55	1.624.849,28	3.743.094,82
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	256.741,29	2.067.187,30	1.782.623,22	4.106.551,81
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	53.635,06	431.849,98	372.402,54	857.887,58
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	19.692,98	158.560,73	136.733,64	314.987,35
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.018.056,73	8.197.021,72	7.068.639,26	16.283.717,71
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	44.147,38	355.458,63	306.527,05	706.133,06
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	615.154,67	4.953.001,24	4.271.182,91	5.957.510,43
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	-	-	-	39.010.652,22
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	258.090,48	-	-	258.090,48
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	5.397.449,26	41.380.243,89	35.683.938,23	82.461.631,38
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	89.057,91	682.774,02	588.784,98	1.360.616,92
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	410.206,14	3.144.898,54	2.711.979,31	6.267.083,98



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

JULHO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	7,81%	50,08%	42,12%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	127.518,48	817.941,51	687.968,00	1.633.427,99
Bens Utilizados como Insumos	4.079.556,17	26.167.487,58	22.009.390,46	52.256.434,21
Serviços Utilizados como Insumos	338.736,86	2.172.759,04	1.827.500,71	4.338.996,61
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	169.538,34	1.087.469,37	914.667,02	2.171.674,73
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	50.138,04	321.600,31	270.497,00	642.235,35
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	23.344,66	149.739,58	125.945,49	299.029,73
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.292.584,00	8.291.018,55	6.973.549,30	16.557.151,85
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	35.323,35	226.574,48	190.571,07	452.468,90
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	544.766,82	3.494.296,57	2.939.041,71	6.165.692,67
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	312.232,90	2.002.754,73	1.684.510,62	39.186.652,20
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	1.295.489,59	-	-	1.295.489,59
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	8.269.229,21	44.731.641,72	37.623.641,38	90.624.512,31
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	136.442,28	738.072,09	620.790,08	1.495.304,45
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	628.461,42	3.399.604,77	2.859.396,74	6.887.462,94

AGOSTO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	5,21%	45,03%	49,76%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	101.947,96	881.226,66	973.818,73	1.956.993,35
Bens Utilizados como Insumos	2.641.817,55	22.835.571,78	25.234.946,36	50.712.335,69
Serviços Utilizados como Insumos	102.803,75	888.623,98	981.993,30	1.973.421,04
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	124.838,77	1.079.092,18	1.192.474,33	2.396.405,28
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	27.612,74	238.681,37	263.760,06	530.054,17
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	16.058,69	138.809,46	153.394,42	308.262,57
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	717.489,05	6.201.894,07	6.853.538,23	13.772.921,35
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	33.573,21	290.203,06	320.695,21	644.471,48
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	176.114,68	1.522.315,35	1.682.267,76	5.938.466,56
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	208.350,58	1.800.958,84	1.990.188,82	39.543.876,78
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	581.605,44	-	-	581.605,44
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	4.732.212,42	35.877.376,76	39.647.077,22	80.256.666,40
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	78.081,50	591.976,72	654.176,77	1.324.235,00
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	359.648,14	2.726.680,63	3.013.177,87	6.099.506,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

SETEMBRO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	6,43%	44,28%	49,28%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	103.284,15	711.031,86	791.320,26	1.605.636,27
Bens Utilizados como Insumos	2.995.955,68	20.624.847,76	22.953.767,16	46.574.570,60
Serviços Utilizados como Insumos	185.195,11	1.274.925,74	1.418.887,98	2.879.008,83
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	156.022,54	1.074.095,07	1.195.379,88	2.425.497,49
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	48.834,13	336.185,37	374.146,79	759.166,29
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	15.914,16	109.556,71	121.927,65	247.398,52
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.234.444,58	8.498.200,33	9.457.801,29	19.190.446,20
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	39.212,99	269.951,25	300.433,64	609.597,88
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	222.174,14	1.529.497,83	1.702.205,88	6.479.131,98
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	220.119,02	1.515.349,94	1.686.460,44	39.414.897,65
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	660.305,00	-	-	660.305,00
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	5.881.461,50	35.943.641,86	40.002.330,97	81.827.434,33
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	97.044,11	593.070,09	660.038,46	1.350.152,67
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	446.991,07	2.731.716,78	3.040.177,15	6.218.885,01

OUTUBRO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	7,31%	50,02%	42,67%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	120.559,32	824.520,12	703.411,11	1.648.490,55
Bens Utilizados como Insumos	3.229.557,14	22.087.341,07	18.843.058,67	44.159.956,89
Serviços Utilizados como Insumos	351.882,92	2.406.570,88	2.053.083,53	4.811.537,33
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	175.157,72	1.197.925,34	1.021.968,98	2.395.052,04
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	32.648,37	223.286,25	190.489,01	446.423,63
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	20.064,17	137.221,31	117.065,66	274.350,24
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.227.844,76	8.397.382,28	7.163.939,13	16.789.166,16
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	42.950,08	293.740,91	250.595,00	587.285,99
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	424.774,35	2.905.084,39	2.478.373,26	6.224.374,69
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	-	-	-	39.616.779,61
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	477.633,81	-	-	477.633,81
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	6.103.072,64	38.473.072,55	32.821.984,35	77.398.129,54
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	100.700,70	634.805,70	541.562,74	1.277.069,14
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	463.833,52	2.923.953,51	2.494.470,81	5.882.257,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

NOVEMBRO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	9,20%	49,77%	41,03%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	137.928,97	745.908,91	614.930,54	1.498.768,42
Bens Utilizados como Insumos	3.702.180,31	20.021.096,61	16.505.478,89	40.228.755,80
Serviços Utilizados como Insumos	116.366,62	629.301,42	518.798,82	1.264.466,85
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	228.234,15	1.234.272,13	1.017.539,30	2.480.045,58
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	24.422,07	132.072,60	108.881,23	265.375,90
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	23.538,91	127.296,53	104.943,81	255.777,65
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.060.436,65	5.734.757,04	4.727.758,58	11.522.952,26
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	50.176,10	271.348,36	223.700,76	545.225,22
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	522.474,48	2.825.500,43	2.329.354,81	6.136.438,05
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	-	-	-	39.651.102,40
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	80.963,71	-	-	80.963,71
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	5.946.721,96	31.721.554,02	26.151.386,73	63.819.662,71
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	98.120,91	523.405,64	431.497,88	1.053.024,43
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	451.950,87	2.410.838,11	1.987.505,39	4.850.294,37

DEZEMBRO / 2013	FISCALIZAÇÃO			
	Tributada no Mercado Interno	Não tributada no Mercado Interno	de Exportação	BRUTA
RATEIO	7,00%	44,62%	48,38%	100,00%
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS				
Bens para Revenda	131.415,17	837.159,59	907.776,41	1.876.351,17
Bens Utilizados como Insumos	2.777.827,89	17.695.714,19	19.188.398,46	39.661.940,54
Serviços Utilizados como Insumos	211.979,38	1.350.381,21	1.464.289,74	3.026.650,34
Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, Inclusive sob a forma de vapor	176.589,66	1.124.936,59	1.219.828,22	2.521.354,47
Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	18.723,06	119.272,30	129.333,26	267.328,62
Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de Pessoa Jurídica	13.436,99	85.598,24	92.818,69	191.853,92
Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda	1.248.897,17	7.955.902,34	8.627.005,54	17.831.805,06
Despesas de Contraprestações de Arrendamento Mercantil	37.948,70	241.746,18	262.138,16	541.833,04
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base nos Encargos de Depreciação)	462.387,45	2.945.566,27	3.194.033,24	6.484.054,01
Sobre Bens do Ativo Imobilizado (Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	-	-	-	39.367.346,61
Encargos de Amortização de Edificações e Benfeitorias	-	-	-	-
Devoluções de Vendas	90.713,39	-	-	90.713,39
Outras Operações com Direito a Crédito	-	-	-	-
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	5.169.918,87	32.356.276,91	35.085.621,72	72.611.817,51
Créditos a Descontar à Alíquota de 1,65%	85.303,66	533.878,57	578.912,76	1.198.094,99
Créditos a Descontar à Alíquota de 7,6%	392.913,83	2.459.077,05	2.666.507,25	5.518.498,13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

46. A seguir a verificação da utilização dos saldos de créditos para descontos com débitos da mesma contribuição, nos termos dos artigos 5º da Lei 10.637/2002 e 6º da Lei 10.833/2003.

47. Em janeiro/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de novembro e dezembro de 2011, cujos créditos foram fiscalizados por meio dos processos 10880.945108-2013-41 e 10880.945113-2013-54. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos serem insuficientes para quitar os débitos de janeiro/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - COFINS

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Novembro	1.330.435,40	881.535,33	448.900,07	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Dezembro	1.069.562,91	799.006,52	270.556,39	
						Saldo Devedor	719.456,47

Ficha 13A - PIS

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Novembro	288.844,56	191.385,96	97.458,60	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Dezembro	232.207,70	173.468,52	58.739,18	
						Saldo Devedor	156.197,78

48. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

jan/13		jan/13		jan/13		jan/13		
COFINS	DESCONTOS (DA CON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	719.456,47	Merc. Int.	598.546,96	DESCONTO Merc. Int.	598.546,96	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	3.829.690,11	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	120.909,50	SALDO N. Trib. Merc. Int.	3.708.780,61
			Merc. Ext.	2.371.382,45	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	2.371.382,45
			TOTAL =	6.799.619,52	TOTAL =	719.456,47	TOTAL =	6.080.163,06
PIS	DESCONTOS (DA CON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	156.197,78	Merc. Int.	129.947,70	DESCONTO Merc. Int.	129.947,70	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	831.445,88	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	26.250,08	SALDO N. Trib. Merc. Int.	805.195,79
			Merc. Ext.	514.839,61	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	514.839,61
			TOTAL =	1.476.233,19	TOTAL =	156.197,78	TOTAL =	1.320.035,41

49. Em fevereiro/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de dezembro/2011 e janeiro/2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio dos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

processos 10880.945108-2013-41 e 10880.945110-2013-11. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos serem insuficientes para quitar os débitos de fevereiro/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Dezembro	836.590,92	799.006,52	37.584,40	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Janeiro	1.363.158,62	721.050,69	642.107,93	
						Saldo Devedor	679.692,33

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Dezembro	181.628,32	173.468,52	8.159,80	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Janeiro	295.948,89	156.543,90	139.404,99	
						Saldo Devedor	147.564,79

50. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

COFINS	fev/13		fev/13		fev/13		fev/13	
	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	679.692,33	Merc. Int.	503.243,43	DESCONTO Merc. Int.	503.243,43	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	3.243.622,57	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	176.448,90	SALDO N. Trib. Merc. Int.	3.067.173,67
			Merc. Ext.	2.149.173,52	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	2.149.173,52
			TOTAL =	5.896.039,52	TOTAL =	679.692,33	TOTAL =	5.216.347,19
PIS	fev/13		fev/13		fev/13		fev/13	
	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	147.564,79	Merc. Int.	109.256,80	DESCONTO Merc. Int.	109.256,80	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	704.207,53	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	38.307,99	SALDO N. Trib. Merc. Int.	665.899,54
			Merc. Ext.	466.596,88	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	466.596,88
			TOTAL =	1.280.061,21	TOTAL =	147.564,79	TOTAL =	1.132.496,42

51. Em março/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores do 1º trimestre/2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio do processo 10880.945110-2013-11. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos serem insuficientes para quitar os débitos de março/2013, restando os saldos devedores abaixo:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Janeiro	216.165,03	0,00	216.165,03	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Fevereiro	1.559.390,04	738.518,72	820.871,32	
3	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Março	158.458,23	863.535,69	-705.077,46	
						Saldo Devedor	1.037.036,35

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Janeiro	46.930,60	0,00	46.930,60	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Fevereiro	338.551,78	160.336,30	178.215,48	
3	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Março	34.402,09	187.478,14	-153.076,05	
						Saldo Devedor	225.146,08

52. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

	mar/13		mar/13		mar/13		mar/13	
COFINS	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	1.037.036,35	Merc. Int.	479.796,50	DESCONTO Merc. Int.	479.796,50	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	3.741.107,15	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	557.239,85	SALDO N. Trib. Merc. Int.	3.183.867,30
			Merc. Ext.	2.401.247,23	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	2.401.247,23
		TOTAL =	6.622.150,88	TOTAL =	1.037.036,35	TOTAL =	5.585.114,53	
PIS	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	225.146,08	Merc. Int.	104.166,34	DESCONTO Merc. Int.	104.166,34	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	812.214,05	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	120.979,73	SALDO N. Trib. Merc. Int.	691.234,32
			Merc. Ext.	521.323,41	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	521.323,41
		TOTAL =	1.437.703,81	TOTAL =	225.146,08	TOTAL =	1.212.557,73	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

53. Em abril/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de março e abril de 2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio dos processos 10880.945110-2013-11 e 10880.945112-2013-18. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos serem insuficientes para quitar os débitos de abril/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Março	1.735.858,44	705.077,46	1.030.780,98
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Abril	264.035,48	680.793,36	-416.757,88
Saldo Devedor						1.030.780,98

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Março	376.864,03	153.076,05	223.787,98
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Abril	57.323,47	147.803,82	-90.480,35
Saldo Devedor						223.787,98

54. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

COFINS	abr/13		abr/13		abr/13		abr/13	
	DESCONTOS (DA CON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	1.030.780,98	Merc. Int.	452.498,07	DESCONTO Merc. Int.	452.498,07	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	3.717.442,05	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	578.282,91	SALDO N. Trib. Merc. Int.	3.139.159,15
			Merc. Ext.	2.195.464,51	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	2.195.464,51
			TOTAL =	6.365.404,64	TOTAL =	1.030.780,98	TOTAL =	5.334.623,66
PIS	abr/13		abr/13		abr/13		abr/13	
	DESCONTOS (DA CON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	223.787,98	Merc. Int.	98.239,71	DESCONTO Merc. Int.	98.239,71	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	807.076,24	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	125.548,26	SALDO N. Trib. Merc. Int.	681.527,97
			Merc. Ext.	476.646,90	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	476.646,90
			TOTAL =	1.381.962,85	TOTAL =	223.787,98	TOTAL =	1.158.174,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

55. Em maio/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de abril e maio de 2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio do processo 10880.945112-2013-18. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos serem insuficientes para quitar os débitos de maio/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Abril	1.272.338,29	416.757,88	855.580,41	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Maio	513.013,48	727.789,54	-214.776,06	
						Saldo Devedor	855.580,41

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Abril	276.231,36	90.480,35	185.751,01	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Maio	111.377,90	158.006,94	-46.629,04	
						Saldo Devedor	185.751,01

56. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

COFINS	mai/13		mai/13		mai/13		mai/13	
	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	855.580,41	Merc. Int.	505.247,58	DESCONTO Merc. Int.	505.247,58	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	3.156.283,80	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	350.332,83	SALDO N. Trib. Merc. Int.	2.805.950,97
			Merc. Ext.	3.015.031,86	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	3.015.031,86
			TOTAL =	6.676.563,24	TOTAL =	855.580,41	TOTAL =	5.820.982,83
PIS	mai/13		mai/13		mai/13		mai/13	
	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	185.751,01	Merc. Int.	109.691,91	DESCONTO Merc. Int.	109.691,91	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	685.245,82	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	76.059,10	SALDO N. Trib. Merc. Int.	609.186,73
			Merc. Ext.	654.579,29	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	654.579,29
			TOTAL =	1.449.517,02	TOTAL =	185.751,01	TOTAL =	1.263.766,01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

57. Para os meses de junho a agosto de 2013 o contribuinte se utilizou de saldos de créditos sobre importações de períodos anteriores, os quais constatamos serem compatíveis.

58. Em setembro/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de dezembro/2011, janeiro/2012, fevereiro/2012 e maio/2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio dos processos 10880.945108-2013-41, 10880.945110-2013-11 e 10880.945112-2013-18. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos que o crédito de maio/2012 foi insuficiente para quitar os débitos de setembro/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Desconta do no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Maio	322.770,98	214.776,06	107.994,92
2	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Dezembro	884.045,62	884.045,62	0,00
3	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Janeiro	489.900,56	489.900,56	0,00
4	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Fevereiro	92.524,26	92.524,26	0,00
Saldo Devedor						107.994,92

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Desconta do no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Maio	70.075,26	46.629,04	23.446,22
2	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2011/Dezembro	191.930,97	191.930,97	0,00
3	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Janeiro	106.359,99	106.359,99	0,00
4	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Fevereiro	20.087,50	20.087,50	0,00
Saldo Devedor						23.446,22

59. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

	set/13		set/13		set/13		set/13	
COFINS	DESCONTOS (DA CON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	107.994,92	Merc. Int.	446.991,07	DESCONTO Merc. Int.	107.994,92	SALDO Merc. Int.	338.996,16
			N. Trib. Merc. Int.	2.731.716,78	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	0,00	SALDO N. Trib. Merc. Int.	2.731.716,78
			Merc. Ext.	3.040.177,15	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	3.040.177,15
			TOTAL =	6.218.885,01	TOTAL =	107.994,92	TOTAL =	6.110.890,09
PIS	DESCONTOS (DA CON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	23.446,22	Merc. Int.	97.044,11	DESCONTO Merc. Int.	23.446,22	SALDO Merc. Int.	73.597,89
			N. Trib. Merc. Int.	593.070,09	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	0,00	SALDO N. Trib. Merc. Int.	593.070,09
			Merc. Ext.	660.038,46	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	660.038,46
			TOTAL =	1.350.152,67	TOTAL =	23.446,22	TOTAL =	1.326.706,45

60. Em outubro/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de maio/2012 e junho/2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio do processo 10880.945112-2013-18. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos que os créditos de maio/2012 e junho/2012 foram insuficientes para quitar os débitos de outubro/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Maio	892.916,81	0,00	892.916,81
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Junho	1.155.234,27	591.776,29	563.457,98
3	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Junho	225,87	225,87	0,00
Saldo Devedor						1.456.374,79

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Maio	193.856,97	0,00	193.856,97
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Junho	250.807,41	128.477,75	122.329,66
3	Importação	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Outubro	49,03	49,03	0,00
Saldo Devedor						316.186,63

61. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

	out/13		out/13		out/13		out/13	
COFINS	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	1.456.374,79	Merc. Int.	463.833,52	DESCONTO Merc. Int.	463.833,52	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	2.923.953,51	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	992.541,27	SALDO N. Trib. Merc. Int.	1.931.412,24
			Merc. Ext.	2.494.470,81	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	2.494.470,81
		TOTAL =	5.882.257,84	TOTAL =	1.456.374,79	TOTAL =	4.425.883,05	
PIS	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	316.186,63	Merc. Int.	100.700,70	DESCONTO Merc. Int.	100.700,70	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	634.805,70	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	215.485,93	SALDO N. Trib. Merc. Int.	419.319,76
			Merc. Ext.	541.562,74	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	541.562,74
		TOTAL =	1.277.069,14	TOTAL =	316.186,63	TOTAL =	960.882,50	

62. Em novembro/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de junho/2012 e julho/2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio dos processos 10880.945112-2013-18 e 10880.945120-2013-56. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos que os créditos usados foram insuficientes para quitar os débitos de novembro/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Junho	249.454,83	0,00	249.454,83
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Julho	2.119.873,61	1.019.406,85	1.100.466,76
Saldo Devedor						1.349.921,59

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Junho	54.157,97	0,00	54.157,97
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Julho	460.235,70	221.318,59	238.917,11
Saldo Devedor						293.075,08

63. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

	nov/13		nov/13		nov/13		nov/13	
COFINS	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	1.349.921,59	Merc. Int.	451.950,87	DESCONTO Merc. Int.	451.950,87	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	2.410.838,11	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	897.970,72	SALDO N. Trib. Merc. Int.	1.512.867,39
			Merc. Ext.	1.987.505,39	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	1.987.505,39
		TOTAL =	4.850.294,37	TOTAL =	1.349.921,59	TOTAL =	3.500.372,78	
PIS	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	293.075,08	Merc. Int.	98.120,91	DESCONTO Merc. Int.	98.120,91	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	523.405,64	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	194.954,17	SALDO N. Trib. Merc. Int.	328.451,48
			Merc. Ext.	431.497,88	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	431.497,88
		TOTAL =	1.053.024,43	TOTAL =	293.075,08	TOTAL =	759.949,36	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

64. Em dezembro/2013 o contribuinte se utilizou de saldos de períodos anteriores de julho/2012 e agosto/2012, cujos créditos foram fiscalizados por meio do processo 10880.945120-2013-56. Assim, utilizamos os saldos fiscalizados e verificamos que os créditos usados foram insuficientes para quitar os débitos de dezembro/2013, restando os saldos devedores abaixo:

Ficha 23A - Cofins

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Julho	505.747,28	0,00	505.747,28	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Agosto	1.655.790,65	796.153,40	859.637,25	
						Saldo Devedor	1.365.384,53

Ficha 13A - Pis

Ordem	Origem do Crédito	Tipo de Crédito	P.A. do Crédito	Crédito Descontado no Mês	Crédito Fiscalizado	Saldo Devedor	
1	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Julho	109.800,41	0,00	109.800,41	
2	Aquisição no Mercado Interno	Vinculado à Receita Tributada no Mercado Interno	2012/Agosto	359.480,85	172.849,09	186.631,76	
						Saldo Devedor	296.432,17

65. Dessa forma passamos a descontar os saldos devedores dos créditos aqui analisados.

COFINS	dez/13		dez/13		dez/13		dez/13	
	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	1.365.384,53	Merc. Int.	392.913,83	DESCONTO Merc. Int.	392.913,83	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	2.459.077,05	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	972.470,70	SALDO N. Trib. Merc. Int.	1.486.606,34
			Merc. Ext.	2.666.507,25	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	2.666.507,25
			TOTAL =	5.518.498,13	TOTAL =	1.365.384,53	TOTAL =	4.153.113,60
PIS	dez/13		dez/13		dez/13		dez/13	
	DESCONTOS (DAÇON)	VALOR (R\$)	CRÉDITOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	DESCONTOS ANALISADOS	VALOR (R\$)	SALDOS ANALISADOS	VALOR (R\$)
	SALDO DEVEDOR NO MÊS	296.432,17	Merc. Int.	85.303,66	DESCONTO Merc. Int.	85.303,66	SALDO Merc. Int.	0,00
			N. Trib. Merc. Int.	533.878,57	DESCONTO N. Trib. Merc. Int.	211.128,51	SALDO N. Trib. Merc. Int.	322.750,06
			Merc. Ext.	578.912,76	DESCONTO Merc. Ext.	0,00	SALDO Merc. Ext.	578.912,76
			TOTAL =	1.198.094,99	TOTAL =	296.432,17	TOTAL =	901.662,82



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

66. Por fim, os saldos de créditos fiscalizados passíveis de ressarcimento/compensação, após os descontos com os débitos da mesma contribuição.

67. Primeiro, os créditos vinculados às receitas de exportação:

COFINS ME / 1º TRIMESTRE – 2013	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	2.371.382,45	2.149.173,52	2.401.247,23	6.921.803,20

PIS/PASEP ME / 1º TRIMESTRE – 2013	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	514.839,61	466.596,88	521.323,41	1.502.759,91

COFINS ME / 2º TRIMESTRE – 2013	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	2.195.464,51	3.015.031,86	2.711.979,31	7.922.475,68

PIS/PASEP ME / 2º TRIMESTRE – 2013	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	476.646,90	654.579,29	588.784,98	1.720.011,17

COFINS ME / 3º TRIMESTRE – 2013	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	2.859.396,74	3.013.177,87	3.040.177,15	8.912.751,77

PIS/PASEP ME / 3º TRIMESTRE – 2013	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	620.790,08	654.176,77	660.038,46	1.935.005,32

COFINS ME / 4º TRIMESTRE – 2013	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	2.494.470,81	1.987.505,39	2.666.507,25	7.148.483,45

PIS/PASEP ME / 4º TRIMESTRE – 2013	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	541.562,74	431.497,88	578.912,76	1.551.973,38

68. Em seguida, os créditos vinculados às receitas do mercado interno não tributadas:

COFINS MI / 1º TRIMESTRE – 2013	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	3.708.780,61	3.067.173,67	3.183.867,30	9.959.821,57

PIS/PASEP MI / 1º TRIMESTRE – 2013	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	805.195,79	665.899,54	691.234,32	2.162.329,65

COFINS MI / 2º TRIMESTRE – 2013	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	3.139.159,15	2.805.950,97	3.144.898,54	9.090.008,65

PIS/PASEP MI / 2º TRIMESTRE – 2013	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	681.527,97	609.186,73	682.774,02	1.973.488,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A - 03.853.896/0001-40

COFINS MI / 3º TRIMESTRE – 2013	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	3.399.604,77	2.726.680,63	2.731.716,78	8.858.002,19
PIS/PASEP MI / 3º TRIMESTRE – 2013	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	738.072,09	591.976,72	593.070,09	1.923.118,90
COFINS MI / 4º TRIMESTRE – 2013	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	1.931.412,24	1.512.867,39	1.486.606,34	4.930.885,97
PIS/PASEP MI / 4º TRIMESTRE – 2013	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CRÉDITO RECONHECIDO	419.319,76	328.451,48	322.750,06	1.070.521,30

DECISÃO

69. Considerando todo o exposto e tudo mais que no processo consta, proponho o **DEFERIMENTO PARCIAL** do Pedido de Ressacimento de MARFRIG GLOBAL FOODS S/A, CNPJ nº 03.853.896/0001-40, no montante de R\$ 1.935.005,32, referente ao crédito do PIS/PASEP do 3º TRIMESTRE DE 2013 vinculados às receitas de exportação.

70. À consideração do Sr. Chefe da DERAT/DIORT.

MF/RFB/SRRF 8ª RF/DERAT/DIORT

CLOVES DA COSTA OLIVEIRA
Auditor-Fiscal da RFB – MATR. 1292952
21 / 12 / 2015

71. Em face das considerações contidas no despacho supra, que aprovo, com fundamento no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, artigos 226 e 305, e na competência delegada pela Portaria DERAT/SP nº 372/2011, **DEFIRO PARCIALMENTE** o Pedido de Ressacimento de MARFRIG GLOBAL FOODS S/A, CNPJ nº 03.853.896/0001-40, no montante de R\$ 1.935.005,32, referente ao crédito do PIS/PASEP do 3º TRIMESTRE DE 2013 vinculados às receitas de exportação.

ORDEM DE INTIMAÇÃO

72. Encaminhe-se à DERAT/DIORT/APOIO para intimar o interessado a tomar ciência do presente despacho. Após ciência, encaminhe-se a DERAT/DIORT/EOPER para providências de sua alçada.

MF/RFB/SRRF 8ª RF/DERAT/SP

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO
Auditor-Fiscal da RFB – Mat. 1220586
CHEFE DA DERAT/DIORT
Assinado digitalmente



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal do Brasil
Delegacia Especial de Administração Tributária de São Paulo - DERAT
Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT



Nome / Nome empresarial / CNPJ

MARFRIG GLOBAL FOODS S/A – 03.853.896/0001-40

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE EVENTUAL MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE, RECURSO, RECURSO HIERÁRQUICO E/OU IMPUGNAÇÃO:

1) *Contribuinte* com Certificado Digital emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001:

Poderão solicitar a juntada de documentos através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada (PGS), disponível para *download* no sítio da RFB: www.receita.fazenda.gov.br, que já admite a inclusão de documentos não-pagináveis como: planilhas, bancos de dados, imagens, vídeos, áudios, entre outros, que contenham assinatura digital e estejam compactados em extensão zip. ou rar (leia o novo "Ajuda" do programa PGS).

2) Opcionalmente, apresentar em qualquer Centro de Atendimento ao Contribuinte – CAC, **preferencialmente**, o “Recibo de Entrega de Arquivos Digital” – READ, gerado no Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais – SVA, disponível no sítio da RFB e devidamente assinado pelo representante legal ou procurador, acompanhado da manifestação de inconformidade, recurso, recurso hierárquico e/ou impugnação.

3) Nos demais casos, **poderão** ser efetuadas as protocolizações de tais serviços nos CAC de sua jurisdição abaixo relacionados.

A manifestação de inconformidade, recurso, recurso hierárquico e/ou impugnação apresentados conforme itens 1 e 2, deverão seguir, **preferencialmente**, os procedimentos e as formas estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1412, de 22 de novembro de 2013, DOU de 25/11/2013 e suas alterações, disponíveis para consulta no sítio da RFB.

CAC PAULISTA	Rua Augusta, 1.582 – São Paulo, SP CEP 01304-001
CAC LAPA	Rua Schilling, 512 – São Paulo, SP CEP 05302-001
CAC LUZ	Av. Prestes Maia, 733 - 2º andar – São Paulo, SP CEP 01031-905
CAC SANTO AMARO	Rua Padre José de Anchieta, 76 – São Paulo, SP CEP 04742-000
CAC TATUAPÉ	Rua Tijuco Preto, 205 - São Paulo, SP CEP 03316-000

Endereço para vista e cópia de processos:

1) *Processos em papel* : *encaminhar-se ao CAC Paulista.*

2) *Processos digitais (constantemente no e-Processos), inclusive os informados em despachos decisórios eletrônicos encaminhar-se aos CACs Paulista, Lapa, Luz, Santo Amaro e Tatuapé.*